



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Duda Salabert – PDT/MG

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025

(Da Sra. Duda Salabert)

Requer a realização de Seminário para lançar estudo e debater sobre os “Caminhos legais para a proteção da Bacia do Rio Tapajós”, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Senhora Presidente,

Nos termos do art. 24, XIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aprovada a realização do Seminário “Caminhos legais para a proteção da Bacia do Rio Tapajós”, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Os convidados são os seguintes:

- Sr. Juliano Schimbeck - Diretor da EcoSaMa
- Representante do Movimento Tapajós Vivo
- Representante da S.O.S Mata Atlântica
- Representante do Instituto Democracia e Sustentabilidade
- Flávio Montiel – Coordenador da International Rivers
- Representante da Associação Guardiões do Bem-Viver
- Representante do GT em Infraestrutura e Justiça Socioambiental

JUSTIFICAÇÃO

A bacia do rio Tapajós é uma das mais importantes da Amazônia brasileira, abrangendo uma região de grande diversidade socioambiental e cultural, habitada por dezenas de povos indígenas, comunidades tradicionais, populações ribeirinhas e urbanas. Nas últimas décadas, o território tem sido ameaçado por projetos de infraestrutura, expansão do agronegócio, desmatamento e conflitos fundiários, o que demanda respostas urgentes e estruturantes do Poder Público.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Duda Salabert – PDT/MG

Apresentação: 06/08/2025 13:30:44,573 - CMAD9

REQ n.93/2025

O seminário tem como objetivo apresentar os principais achados do relatório "Rio Tapajós: Análise Jurídica da Legislação Ambiental Brasileira", produzido pela International Rivers em parceria com o escritório Irigaray e Associados, além de apresentar Mapa Digital Interativo elaborado pela instituição de geoprocessamento EcoSaMa. O estudo traz uma análise crítica e aprofundada da legislação ambiental aplicável à bacia do Tapajós, identificando lacunas normativas, desafios jurídicos e institucionais, e os impactos da fragmentação da governança sobre os rios e os direitos das comunidades tradicionais.

A partir desse diagnóstico e com o uso do mapa digital interativo, o relatório propõe caminhos estratégicos para o fortalecimento da proteção legal do Tapajós e seus afluentes, incluindo medidas para o reconhecimento dos direitos da natureza e dos rios, protocolos de consulta, aprimoramento do licenciamento ambiental e recomendações práticas para atuação administrativa e judicial voltadas para a justiça, em defesa dos ecossistemas amazônicos de regulação climática.

O papel das organizações envolvidas foi de aprofundar o conhecimento sobre os instrumentos legais disponíveis, com o objetivo de fortalecer a capacidade das comunidades de defender seus rios e territórios. Ao ampliar suas vozes, conseguimos compreender de forma mais profunda os conflitos e desafios locais, garantindo que o estudo seja um instrumento de apoio prático e político para a proteção dos rios e seus povos.

Promover esse debate nesta Comissão é essencial para aproximar o Parlamento das realidades vividas na região, contribuir com a formulação de políticas públicas mais eficazes e justas, e fortalecer o papel desta Comissão na defesa da natureza, dos rios e dos povos que habitam na Amazônia.

Nesse sentido, peço o apoio dos nobres pares para aprovar a realização deste importante debate.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2025.

Deputada DUDA SALABERT

PDT/MG

